



Chegou a hora do saneamento

Síntese: *A prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos no Brasil é um vexame. Os índices de cobertura são baixíssimos e obrigam parte significativa da população a viver em condições insalubres. A meta de universalizar o saneamento no país tem sido adiada de forma recorrente. No ritmo atual, não chegará antes de meados do século, se chegar. Desponta agora oportunidade de acelerar a expansão e a melhoria dos serviços com a possibilidade de transferência de 18 concessionárias regionais para operadores privados a partir de 2018. Hoje, com honrosas exceções, elas são um sorvedouro de dinheiro público e um poço de ineficiência.*

Observada em condições gerais, a infraestrutura brasileira é um atraso só. Mas há um setor específico em que a prestação dos serviços está especialmente defasada: o de saneamento. O país é uma vergonha mundial em matéria de abastecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgotos. Ainda levará décadas até que o Brasil alcance níveis aceitáveis de cobertura, com necessidade de centenas de bilhões de reais em investimentos. A chave para destravar esse desafio está nas privatizações.

O que hoje é entrave pode se transformar em oportunidade, tanto de vultosos aportes em obras e geração de empregos, quanto, principalmente, de um gigantesco salto à frente na qualidade dos serviços prestados. Os efeitos sociais também serão diretos e relevantes. A ocorrência de sérias doenças de veiculação hídrica está intimamente relacionada à baixa cobertura. O desempenho escolar de nossas crianças também. A cadeia de malefícios é longa.

Institucionalmente, o saneamento sofre por ser pulverizado em milhares de prestadores distintos de âmbito municipal, além de abrigar companhias regionais sugadas pela predação política. Não existe um órgão regulador federal, como a Aneel ou a ANA. Há baixa racionalidade na alocação dos recursos (onerosos ou não) por parte do poder público e quase nenhuma capacidade das prefeituras de acessar dinheiro a fundo perdido do Orçamento Geral da União. Simplesmente porque não conseguem apresentar projetos que parem em pé. E o setor privado é mero coadjuvante. Um círculo vicioso.

A situação caminha para mudar com a possibilidade de transferência de 18 companhias estaduais de saneamento para investidores e operadores privados. O sucesso da empreitada dependerá do BNDES, que está conduzindo o processo. A previsão é promover os certames – entre concessões, PPP e privatizações – ao longo do ano que vem, como parte do PPI (Programa de Parceria de Investimentos), destinado a desafogar o Estado brasileiro também de ativos como rodovias, portos, ferrovias e linhas de transmissão de energia.

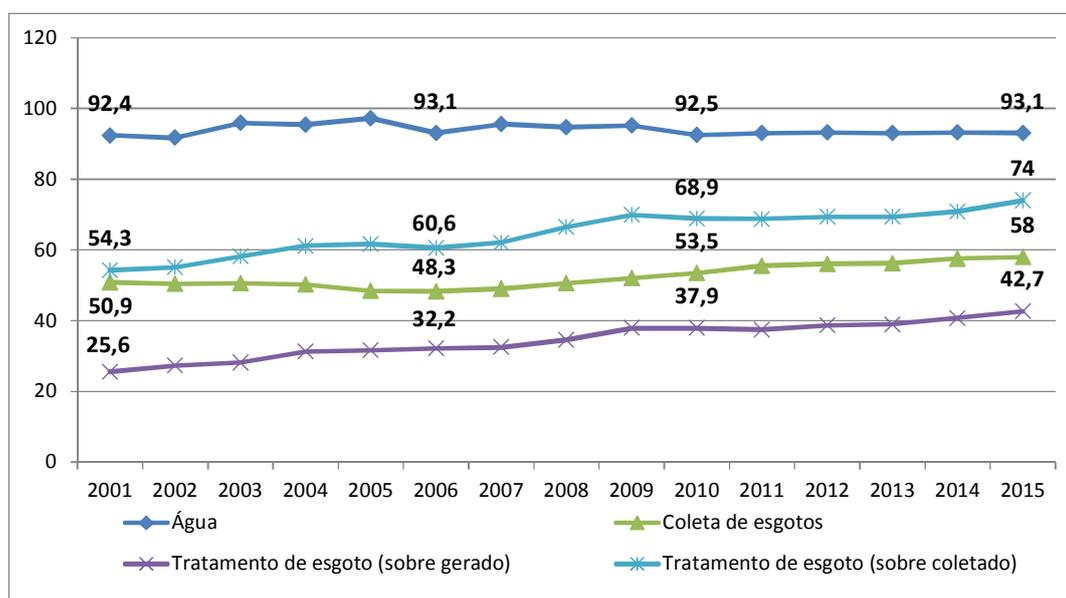
Situação geral

Em termos gerais, o saneamento exhibe resultados relativamente satisfatórios em relação ao abastecimento de água, mas naufraga de forma desastrosa na atenção dada ao esgotamento sanitário. O ritmo de expansão dos serviços continua lento, aquém das necessidades do país. O setor mantém-se como patinho feio das obras de infraestrutura, ainda refém da maldição de ser obra (em geral, pública) que, enterrada embaixo da terra, ninguém vê, supostamente não valoriza e não rende voto.

De acordo com o mais recente “Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos”, preparado pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades com base em dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) de 2015, 93% dos brasileiros que vivem em áreas urbanas estão servidos por sistemas de abastecimento de água, o que equivale 157 milhões de pessoas. Quando se consideram também as zonas rurais, o índice cai para 83%.

Já a coleta de esgotos alcança 98 milhões de habitantes de áreas urbanas, o que representa índice de atendimento de 58%. A média mais alta é alcançada no Sudeste, com 82%, segundo o SNIS. Basta olhar o mapa para perceber, contudo, que são a metade inferior do território de Minas Gerais e todo o estado de São Paulo que puxam a média regional para o alto. No total, 28,5 milhões de domicílios brasileiros não estão ligados a nenhuma rede de esgoto – 11% a mais do que no início do século, isto é, a situação piorou em vez de melhorar.

Evolução da cobertura de água e esgoto (em %)



Fonte: SNIS/Ministério das Cidades- Edição 2015.

Do esgoto coletado, 74% é tratado. Isso significa que, de todo o esgoto gerado no país, 57% não recebe nenhum tratamento, ou seja, é lançado *in natura* de volta à natureza – em estados como Rondônia o índice de tratamento é zero. De cada dez municípios brasileiros, sete não possuem estação de tratamento de esgotos, o que compromete a qualidade dos corpos d’água e afeta sobremaneira as condições de vida de milhões de pessoas.

Segundo o “Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas”, recém-publicado pela Agência Nacional de Águas, 5,5 mil toneladas de carga orgânica são lançadas de volta sem tratamento e podem alcançar os corpos d’água no país. Diariamente. O resultado é visível: 110 mil quilômetros de rios, córregos e riachos brasileiros estão com a qualidade comprometida devido ao excesso de dejetos e sujeira. Especialmente nos centros urbanos, isso tem obrigado a busca de fontes de água cada vez mais distantes – e caras.

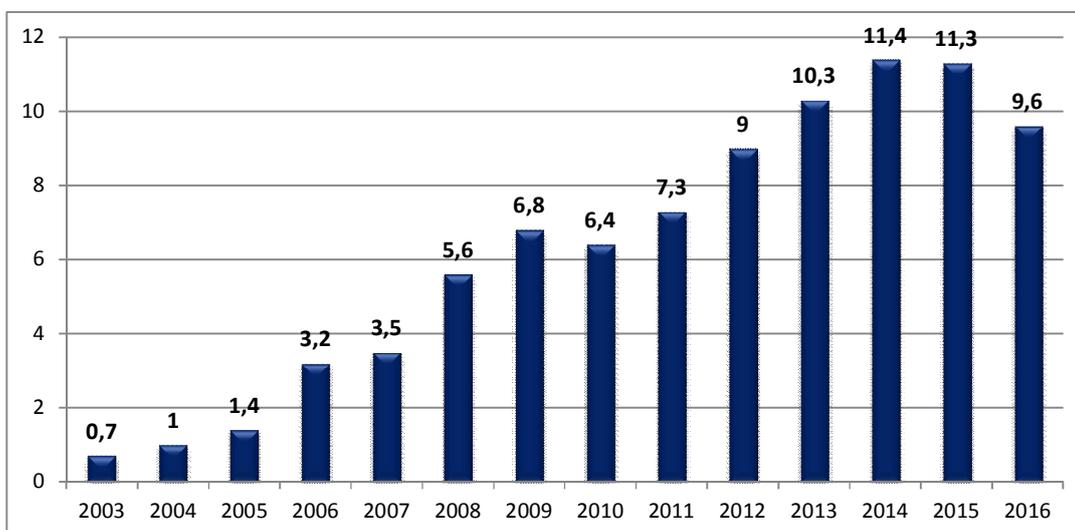
O país poderia depender menos de fontes adicionais – e atenuar ocorrências como a crise hídrica recente – se aproveitasse melhor mananciais que já explora. No entanto, mais de 36% da água captada e distribuída se perde – dez anos antes, o índice era de 43%. Aí estão consideradas tanto as perdas reais, decorrentes de vazamentos em tubulações inadequadas, quanto as aparentes, relacionadas a erros de medição, ligações clandestinas e, muito comumente, furtos de água. Em quaisquer termos, a situação brasileira é um vexame.

Universalização demorada

Os indicadores mostram, de maneira evidente, que o saneamento ainda está muito aquém de outros serviços prestados no Brasil e já praticamente universalizados, como a telefonia e a energia elétrica. Terminar de instalar o que falta do sistema de abastecimento de água e expandir com vigor a coleta e o tratamento de esgotos são tarefas inadiáveis se o país quiser construir um futuro mais digno para seus cidadãos. A falta de condições adequadas impacta diretamente na condição de vida das pessoas.

Pelos planos oficiais, traçados no Plansab (Plano Nacional de Saneamento Básico), a universalização dos serviços de água e esgoto deveria chegar em 2033. Para tanto, seriam necessários R\$ 299 bilhões em investimentos. A realidade recente mostra, contudo, que a meta não passa de miragem: seria preciso investir, em média, R\$ 20 bilhões por ano, praticamente o dobro dos R\$ 11 bilhões médios registrados nos últimos anos. No ritmo atual, a universalização só deverá chegar em meados do século, se chegar.

Investimentos federais em saneamento (em R\$ bilhões)



Fonte: Ministério das Cidades. Inclui empenho da função Saneamento do OGU e empréstimos de FGTS e FAT.

As iniciativas rumo à universalização têm sido desanimadoras. Tanto do ponto de vista institucional, quanto financeiro, as concessionárias hoje responsáveis pela prestação dos serviços – entre companhias públicas e, em pequena medida, privadas, tanto de âmbito estadual quanto municipal – não demonstram capacidade mínima de fazer frente às necessidades da investida. De acordo com panorama publicado pelo Ministério das Cidades em janeiro passado, somente um terço dos municípios brasileiros reportou ter estratégia formalizada de expansão dos serviços de água e esgoto, conforme preconiza a lei de saneamento (nº 11.445/2007).

O saneamento tem dependido muito da capacidade de autofinanciamento das companhias concessionárias. Do valor investido em 2015, 52% foram recursos próprios. Financiamentos responderam por um terço do total e repasses não onerosos, ou seja, a fundo perdido originados em orçamentos públicos, por 14%. Também por isso, uma das medidas que costuma ser cobrada, mas nunca é atendida pelo governo federal, é a isenção de PIS/Cofins incidente sobre os serviços de saneamento prestados, o que, estima-se, liberaria pelo menos mais R\$ 2 bilhões anuais para investimentos em água e esgoto.

A situação financeira das concessionárias, quase todas públicas ou de economia mista, é frágil. Em 2015, das 28 prestadoras regionais de saneamento, somente 11 tiveram receitas maiores que despesas. É verdade que a crise hídrica gerou situação atípica naquele ano, quando até as principais operadoras do setor,

como a Sabesp e a Copasa, sofreram com a falta d'água. Mesmo assim, desde 2012, conforme o SNIS, o total de prestadores de água e esgoto com balanços superavitários vem diminuindo.

A saída para injetar mais dinheiro na atividade e alavancar os serviços está em abrir espaço para os operadores privados, que hoje representam menos de uma centena dos 2.558 prestadores de serviços de saneamento no país e atendem apenas 6% dos municípios e 14,5% da população brasileira. Com grupo expressivo de concessionárias podendo trocar de mãos a partir do próximo ano, pode estar para acontecer a tão aguardada arrancada do saneamento no Brasil.

Privatizações a caminho

Atualmente 18 concessionárias estaduais de saneamento estão inscritas em processo de abertura do setor ao capital privado, sob a condução do BNDES. Estão sendo feitos estudos para indicar qual o melhor destino para cada ativo: o leque vai de concessão e subconcessão a parceria público-privada (PPP) e alienação, ou seja, privatização. Como os levantamentos estão em marcha, ainda não se sabe ao certo a cifra envolvida, mas estima-se que as operações possam resultar em aportes novos de até R\$ 35 bilhões.

Mais importante que o dinheiro que pode vir a entrar em caixa é a possibilidade de lacrar um sorvedouro de dinheiro público e um poço de ineficiência em que estas companhias, com honrosas exceções, se transformaram com o correr dos anos. Não são raras as que exibem patrimônio líquido negativo, dívidas elevadas e passivos trabalhistas, vítimas da predação político-partidária. Quase todas são reconhecidas por prestar serviços de má qualidade, com alcance e cobertura muito abaixo dos necessários. Em 2015, último ano com dados consolidados e disponibilizados pelo SNIS, 16 destas 18 empresas – não há informações para as autarquias Depasa, do Acre, e ATS, de Tocantins – obtiveram juntas lucro líquido depois de depreciação de R\$ 805 milhões para um patrimônio líquido de R\$ 26,2 bilhões.

A previsão do BNDES é de, uma vez concluídos os estudos de modelagem e avaliação, previstos para este semestre, publicar editais e concluir as operações até o fim de 2018. Se isso de fato se concretizar, logo começarão a mudar as condições de vida de quem vive em 1.786 municípios atendidos por estas concessionárias nos estados de Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

O país não pode mais continuar convivendo com a vergonhosa situação de não levar água à casa de todos e permitir que mais da metade do esgoto gerado continue sem tratamento, emporcalhando nossos rios e córregos. O custo é gigantesco e mede-se em condições precárias de vida para milhões de pessoas, afetadas pela falta de saneamento e saúde. Este é um setor em que o Estado falhou de maneira cabal e que, agora, precisa abrir-se rapidamente ao investimento privado. O desafio será estruturar um arcabouço regulatório que abrigue os novos players e também garanta que as políticas públicas serão bem executadas. O atraso é grande, e não pode mais continuar.



“Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV” é uma publicação mensal do Instituto Teotônio Vilela.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA – www.itv.org.br

SGAS 607 Edifício Metrôpolis – Sala 225 . CEP: 70.200-670 . Brasília (DF) . Tel.: (61) 3424-0556 / 3424-0557 / 3424-0558 . Fax: (61) 3424-0515 . facebook.com/instituto.teotoniovilela . @ITV_Oficial